



Imigrantes japoneses e a língua portuguesa: um caso de preconceito linguístico

Japanese immigrants and the Portuguese language: a case of linguistic prejudice

Alexandre Marcelo Bueno

Universidade de Franca (Unifran), Franca, São Paulo / Brasil

alexandrebueno@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0798-3615>

Resumo: A língua está envolvida nos processos de construção da identidade e da alteridade. Por isso, ela pode também ser utilizada para diferenciar negativamente o outro a partir de processos de julgamento da fala alheia. O presente artigo apresenta algumas considerações a respeito do preconceito linguístico contra os imigrantes asiáticos e os seus descendentes no Brasil. Trata-se de um trabalho de viés histórico e que utiliza a semiótica discursiva francesa para analisar textos jornalísticos publicados a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais. A partir do exame das reportagens, observou-se a constante sanção sobre o mau uso que os imigrantes japoneses e os estudantes de origem asiática fazem da língua portuguesa, a despeito do destaque igualmente constante das qualidades de trabalhadores e de estudantes que eles comportam nesses discursos. Desse modo, mesmo com uma imagem atualmente positiva perante a sociedade brasileira, permanece o preconceito linguístico contra os indivíduos de origem asiática no país.

Palavras-chave: preconceito linguístico; imigração japonesa; semiótica discursiva; identidade; alteridade.

Abstract: Language is involved in the processes of identity and alterity construction. Therefore, it can also be used to differentiate negatively the other from processes of judgment of the speech of others. This article presents some considerations regarding linguistic prejudice against Asian immigrants and their descendants in Brazil. It is a work of historical bias and that uses French discursive semiotics to analyze journalistic

texts published from the second half of the twentieth century until the present day. From the examination of the reports, the constant sanction on the misuse that Japanese immigrants and students of Asian origin do of the Portuguese language was observed, in spite of the equally constant prominence of the qualities of workers and students that they carry in these speeches. Thus, even with a currently positive image for Brazilian society, linguistic prejudice remains against individuals of Asian origin in the country.

Keywords: linguistic prejudice; Japanese immigration; discursive semiotics; identity; otherness.

Recebido em 18 de junho de 2019

Aceito em 17 de agosto de 2019

1 Introdução

Apesar de há muito tempo ser considerada encerrada, a imigração japonesa continua a ter algumas repercussões na sociedade brasileira, sobretudo por meio das gerações que já nasceram no Brasil. Uma das marcas dessa relação ocorre por meio da linguagem e, especificamente, pelo modo como supostamente esse grupo ainda continua a usar mal a língua portuguesa. Em uma perspectiva histórica, isso pode ser explicado por alguns fatores, como a falta de escolas nas colônias para o ensino do português entre os imigrantes, a diferença estrutural das línguas – o que poderia dificultar o aprendizado e deixaria marcas que são comumente conhecidas como sotaque – e pelo isolamento forçado das antigas colônias de imigrantes japoneses no interior de São Paulo e do Paraná, o que dificultaria o processo de aquisição da língua portuguesa pelas novas gerações que nascessem nestes e em outros estados da federação.

De qualquer maneira, tais fatores não justificam a permanência, para esses indivíduos, da imagem de mau usuário do português, sobretudo quando se percebe que a sociedade brasileira passou por mudanças sociais profundas, como a urbanização e a escolarização em massa no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A manutenção de tal imagem indica a presença de um preconceito linguístico derivado da falta de compreensão das condições do processo de assentamento das colônias japonesas no passado. Além disso, a título de hipótese, pode-se especular se a questão linguística não serve para demarcar negativamente uma diferença em relação a um grupo social que comporta vários traços

positivos perante a sociedade brasileira, sem, contudo, se confundir completamente com ela por conta de uma suposta “niponicidade inerente” aos sujeitos desse grupo.

Este trabalho tem como objetivo apresentar elementos que corroboram a manutenção do preconceito linguístico como distinção negativa permanente em uma perspectiva diacrônica a partir de textos publicados em veículos de comunicação de massa (como jornais e revistas). Observaremos como o imigrante japonês e mais recentemente seus descendentes são sancionados negativamente por meio do seu uso “particular” da língua portuguesa.

As reportagens a serem examinadas são as seguintes: a) “O sol também nasce no Ocidente”, publicada na revista *O Cruzeiro* em 1958; b) “Vale a pena ser brasileiro?”, publicada pela revista *Realidade* em 1966; c) notícias do jornal *Folha de S. Paulo* (“Ameaça Amarela: Brincadeira entre alunos é ‘preconceito positivo’” e “‘Asiáticos’ procuram mais a área de exatas na Fuvest”, ambas publicadas em 5 de setembro de 2002).

O primeiro texto é uma homenagem aos cinquenta anos da imigração japonesa no Brasil. A reportagem é permeada por histórias particulares de imigrantes e de sua relação com brasileiros. De um modo geral, a reportagem constrói uma imagem bastante positiva dos imigrantes japoneses. No entanto, de modo esparsa, apresenta uma crítica ao modo como o japonês utiliza a língua portuguesa. A segunda reportagem critica o excesso de exigências burocráticas do processo de naturalização e mostra os prejuízos causados ao Estado brasileiro pela lei de naturalização, que impede o imigrante naturalizado de atuar em campos como a política e a burocracia estatal. Nessa reportagem, chama a atenção a maneira como se representa o modo de falar português do japonês. As duas reportagens finais apontam para situações de preconceito linguístico contra estudantes estrangeiros e estudantes de ascendência estrangeira mais evidente (como os de origem asiática) no processo seletivo para ingresso em universidades.

Esperamos, assim, apontar a permanência de um preconceito linguístico difuso que tem sua origem na chegada dos imigrantes asiáticos no Brasil (em primeiro lugar, os japoneses, mas em décadas seguintes, também chineses e coreanos). A despeito de uma imagem positiva que eles têm perante a sociedade brasileira (a de trabalhadores e estudantes qualificados), é preciso continuarmos alerta em relação a formas de preconceito e de segregação contra populações consideradas minoritárias em relação a uma suposta normatividade que sustenta a

ideia de uma sociedade brasileira ainda homogênea e unitária. A seguir, desenvolveremos algumas considerações sobre o preconceito linguístico e sobre como os estudos discursivos podem contribuir para explicar o funcionamento desse fenômeno.

2 Algumas considerações sobre o preconceito linguístico

A língua é um dos principais elementos para a construção da identidade do indivíduo e de seu grupo social, assim como para a percepção da alteridade. O uso de uma variante linguística insere o falante em um determinado grupo social, ou pelo menos o faz parecer pertencer a esse grupo, ao mesmo tempo em que forma a sua identidade e demarca-a em relação a indivíduos que compõem outros grupos sociais.

Por essas relações entre identidade e alteridade estarem fundadas na linguagem, e só existirem por causa dela, percebemos que a língua pode igualmente ser utilizada como uma forma de preconceito e de discriminação. Para começarmos a entender a noção de preconceito linguístico, é preciso fazer uma primeira distinção. De um lado, há um preconceito produzido pela linguagem, ou seja, manifestado linguisticamente e discursivamente, como é o caso do racismo, da homofobia, da xenofobia, entre outras formas. De outro, há um preconceito gerado pela linguagem do outro, ou seja, um preconceito linguístico a partir do qual o outro é julgado pela linguagem de quem é preconceituoso (BARROS, 2015, p. 62). É sobretudo essa última forma que examinaremos nos casos apresentados a partir da próxima seção.

Além disso, é preciso distinguir o preconceito, seja ele linguístico ou não, da intolerância. Leite (2008) apresenta a seguinte distinção que nos parece bastante produtiva pelas oposições que estabelece:

O preconceito é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro: é um não-gostar, um achar-feio ou achar-errado um uso (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser o bonito ou correto. É um não-gostar sem ação discursiva clara sobre o fato rejeitado. A intolerância, ao contrário, é ruidosa, explícita, porque, necessariamente, se manifesta por um discurso metalinguístico, calcado em dicotomias, em contrários, como, por exemplo, tradição x modernidade, conhecimento x ignorância, saber x não-saber, e outras congêneres (grifos da autora, LEITE, 2008, p. 24-25).

O preconceito linguístico está relacionado, assim, a uma imagem negativa formada por uma opinião errônea e irrefletida. Já a intolerância linguística apresenta uma formulação mais elaborada a partir do momento em que estabelece oposições que vão rebaixar ou, em seu limite, excluir determinado indivíduo que não se adapta a um determinado padrão linguístico imposto.

Ademais, o preconceito linguístico pode incidir sobre variantes desprestigiadas da língua portuguesa e sobre determinadas línguas estrangeiras, a depender também da relação com a classe social do brasileiro ou com a origem do estrangeiro. Em relação aos imigrantes, pensamos em um preconceito linguístico que incide no uso de determinado idioma estrangeiro em solo brasileiro ou ainda no uso do português pelos estrangeiros. No primeiro caso, a representação positiva ou negativa de determinada língua está associada à valorização ou à desvalorização de determinados países estrangeiros. Uma língua estrangeira pode, assim, ser mais bem vista e valorizada em relação à língua nacional (como no caso do inglês e do francês), assim como outra língua estrangeira pode não gozar do mesmo prestígio perante a sociedade, a depender da imagem que se tem dos países estrangeiros. As línguas desprestigiadas em relação à língua nacional no Brasil são, por exemplo, as línguas africanas, indígenas ou asiáticas, nesse último caso principalmente de países cujas imagens remetem a uma avaliação negativa (como a China apresentava até pouco tempo atrás).

Mesmo utilizando a língua do país que o “acolheu”, o imigrante mantém algo que o distingue: o sotaque.¹ Esse fenômeno não se limita ao aspecto fonético da língua, mas repercute no campo da interação social. Assim, o sotaque do estrangeiro será sempre apontado como diferença produzida e percebida, na qual o falante do grupo de referência não reconhece o outro como sendo de sua própria comunidade ou grupo socioletal.

Essa falta de reconhecimento surge por meio de uma espécie de parâmetro linguístico, a partir do qual o desempenho linguístico de quem sofre o preconceito é avaliado. Um dos parâmetros já foi mencionado:

¹ “Chama-se sotaque ao conjunto dos hábitos articulatórios (realização dos fonemas, entonação etc.) que conferem coloração particular, social, dialetal ou estrangeira à fala de um indivíduo (sotaque ou pronúncia caipira, nordestina, alemã etc.)” (DUBOIS *et al.*, 2007, p. 565).

são as línguas dos países estrangeiros considerados econômica e culturalmente mais desenvolvidos, como EUA, França, Inglaterra, entre outros. O outro parâmetro, já interno à língua portuguesa, é a chamada norma culta, que serve igualmente para se examinar o modo como os imigrantes utilizam o português (com mais ou menos sotaque, com sotaques mais bonitos ou mais feios, com supostos erros gramaticais etc.).

A norma culta é produtora de preconceitos e pré-juízos linguísticos pelo fato de o grupo social em geral ser tomado a partir de uma “posição” social privilegiada e que possui acesso maior aos bens materiais e simbólicos. O seu conceito correlato é o de norma linguística, entendida como o uso comum da língua por determinado grupo. Conseqüentemente, a norma linguística é o elemento de identificação e distinção do grupo, incluindo certas práticas e expectativas linguísticas internas que definem o grupo. Porém, como os grupos não estão isolados, mas em constante e permanente contato, as normas acabam por se influenciar (FARACO, 2002, p. 38-40). Assim, a norma padrão não se confunde com a norma culta, mas está mais próxima dela do que das demais normas. No caso brasileiro, no século XIX, a norma foi construída tendo por base um padrão lusitano de escrita e não a norma culta praticada naquele momento pela elite letrada da sociedade brasileira.

Essas críticas em relação ao modo de falar de certos indivíduos, que se “desviam” de um padrão previamente determinado, pressupõem interpretações e avaliações que homologam a variação linguística e a posição social ocupada pelos falantes “julgados” (LUCCHESI, 2002, p. 64). Nessa perspectiva, os imigrantes ocupavam, e ainda ocupam, uma posição inferior dentro da sociedade brasileira, apesar de serem funcionalmente privilegiados pelo trabalho que realizam na agricultura ou no comércio.

É no ponto de julgamento que a semiótica contribui para o entendimento do discurso preconceituoso. Segundo Barros (2015, p. 63-68), o preconceito faz parte do discurso intolerante, cuja característica principal é a de ser um discurso de sanção.² Em outras palavras, os sujeitos

² A sanção é a última etapa do esquema narrativo. Ela se caracteriza pelo ato de julgar a ação do sujeito do fazer, cujas conseqüências são, de um lado, seu reconhecimento como sujeito competente e cumpridor de sua parte do contrato fiduciário (sanção cognitiva) e, de outro, como uma retribuição realizada pelo destinatador-julgador (sanção pragmática) (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 426-427).

que sofrem a ação de um sujeito intolerante são aqueles considerados maus cumpridores de contratos sociais diversos, dentre eles o contrato linguístico do uso da língua nacional do país de acolhimento do imigrante ou do bom uso da língua nacional, seguindo a norma culta como padrão desse contrato³ de uso linguístico. Quando esses sujeitos não se mostram bons usuários da língua nacional, eles se tornam foco de preconceitos e de intolerâncias de diversas ordens, que podem segregar e excluir a alteridade. Não vamos aqui nos deter em explicações detalhadas da proposta de Barros (2015, 2016), a cujos trabalhos remetemos o leitor interessado. No entanto, vamos explicar rapidamente a parte referente ao preconceito, uma vez que todo sujeito intolerante é também um sujeito preconceituoso, enquanto nem todo sujeito preconceituoso se torna intolerante. Além disso, não se justificaria nos alongarmos nas explicações sobre a intolerância linguística pelo fato de não analisarmos, no presente artigo, nenhum caso que se enquadra em suas características.

O preconceito surge, para a semiótica, quando há paixões malevolentes⁴ envolvidas no discurso, como as paixões do ódio, da antipatia, da raiva, da xenofobia. Estas são paixões do querer fazer mal a um sujeito que não cumpriu sua parte do contrato social. Assim, são paixões que ainda não levaram o sujeito a fazer, efetivamente, mal ao outro, mas apenas a desejar esse mal de alguma maneira, seja por meio de uma exclusão, seja por meio de uma avaliação negativa que é generalizada a todo um grupo social. Em geral, os discursos preconceituosos apresentam, ao lado da paixão malevolente, paixões benevolentes, ou seja, do querer fazer bem, que são direcionadas aos seus iguais, como o amor à pátria, a fraternidade de sua religião, a solidariedade linguística daqueles que utilizam uma forma peculiar da língua (são, então, considerados autênticos) etc.

Em suma, veremos como essas configurações do preconceito linguístico surgem em relação aos imigrantes japoneses e aos seus

³ Em semiótica, o contrato é o ato fundante da solidariedade entre destinador-manipulador e destinatário-sujeito. É por meio desse ato que se funda a confiança de cumprimento da ação proposta por ambas as partes e é o que faz desencadear a etapa da performance, ou seja, da ação propriamente dita, entendida como uma transformação de estados do sujeito (GREIMAS; COURTÈS, 2008, p. 99-101).

⁴ Paixões malevolentes se referem aos estados de alma que se organizam modalmente como um querer fazer mal a um outro (BARROS, 2002, p. 67).

descendentes. Além disso, observaremos ainda que o preconceito contra os imigrantes japoneses se estende, de alguma forma, para os demais grupos imigrantes asiáticos, muitas vezes, inclusive, encarados de modo indistinto pela sociedade brasileira.

3 Dois tipos de sanções sobre o português usado pelo trabalhador imigrante japonês

Nesta seção, examinaremos duas reportagens que representam modos distintos de a sociedade brasileira se relacionar com os imigrantes no Brasil. O primeiro discurso é da revista *O Cruzeiro*, que publicou uma reportagem em homenagem aos 50 anos de imigração japonesa para o Brasil em sua edição de 14 de junho de 1958⁵ (“O sol também nasce no Ocidente”).

O texto constrói uma imagem bastante positiva do imigrante japonês e de seus descendentes. O foco de tal distinção recai, sobretudo, na contribuição desses imigrantes para o desenvolvimento econômico brasileiro, figurativizado⁶ pelo árduo esforço nas lavouras paulistas e paranaenses. A reportagem em questão começa com um texto em japonês que é, logo em seguida, traduzido para a língua portuguesa. É a tradução que reproduzimos abaixo:

Com esta reportagem, ‘O Cruzeiro’ está prestando sua homenagem à colônia japonesa do Brasil, pelo meio século de imigração que, de mãos enlaçadas com as nossas, nestes dias comemora. Em junho de 1908 chegava às terras brasileiras o primeiro contingente de imigrantes do Japão; em junho de 1958 relembramos aquele primeiro grupo para dizer-lhe uma única palavra pelo caminho que abriu: obrigado. Não fossem os que chegaram há 50 anos e hoje talvez não pudessemos publicar esta reportagem que se escreve em números e dados, mas também em sentimentos, porque nela se conta o muito, o inacreditável quase, que os japoneses têm

⁵ A data oficial de início da imigração japonesa é 18 de junho de 1908, quando chegou ao porto de Santos o navio *Kasato Maru*.

⁶ Figurativização é o procedimento de se revestir uma determinada estrutura abstrata de elementos semânticos que remetem ao mundo natural. A figurativização ancora, assim, o discurso em uma espécie de simulacro da realidade, tal como é construída por um texto-objeto (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 210-212).

feito pelo desenvolvimento econômico do Brasil. Nossa alegria é que tivemos participação ativa nessa lição de fraternidade que, juntos, hoje podemos transmitir ao mundo. Nosso pesar é não poder publicar em caracteres japoneses, para os nossos irmãos novos que ainda não leem o português, tudo quanto se conta nestas páginas. A esses dedicamos estas palavras. A eles, aqui fica o nosso agradecimento (PAGOTE; MORAES, 1958, p. 21).

O agradecimento aos imigrantes japoneses é uma forma explícita de sanção positiva realizada pelo enunciador. De um lado, a sanção cognitiva se refere ao reconhecimento da competência do trabalhador imigrante japonês. De outro, a sanção pragmática se refere, na reportagem, ao trecho escrito em japonês, como uma forma de retribuição para que eles compreendam o que está sendo dito e, principalmente, o que o enunciador (e a sociedade em geral) pensaria sobre a presença do imigrante japonês.

Há, assim, uma espécie de solidariedade linguística quando o enunciador lamenta não poder prosseguir o texto em língua japonesa. Contudo, essa lamentação também comporta o reconhecimento de que existem ainda imigrantes que, por alguma razão, não tiveram a oportunidade ou o interesse em aprender o português. De qualquer modo, a questão linguística fica em segundo plano porque o discurso da reportagem é predominantemente positivo em relação a esse grupo estrangeiro, sobretudo por meio de uma isotopia temática⁷ econômica que atravessa quase toda a reportagem e cuja estratégia é mostrar as vantagens dessa imigração para o país. Em um segundo plano, a reportagem constrói a imagem positiva do imigrante japonês como uma forma de se tentar influenciar o governo brasileiro a incentivar e a incrementar a entrada de mais japoneses no país.

Junto à isotopia econômica, a reportagem reitera temas e figuras associados às dificuldades de adaptação dos imigrantes, à honestidade e ao caráter dos japoneses, à disposição para se integrarem (incluindo

⁷ Isotopia, segundo a semiótica, é a reiteração de elementos semânticos em um discurso. Ela é responsável pela manutenção da coerência discursiva. No caso da isotopia temática, a repetição de elementos ocorre em um nível mais abstrato, com elementos semânticos que conceituam o mundo. No caso da isotopia figurativa, a sequência semântica que mantém uma linha semântica coerente se refere a elementos que remetem à constituição “concreta do mundo” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 275-278).

mudar de religião), entre outras qualidades. Apesar de a reportagem flertar com uma gratidão excessiva a um povo discursivamente construído como competente para o trabalho e que tem a honestidade como um de seus pilares éticos fundamentais, parece haver um único defeito a ser considerado no que o texto sugere como política imigratória para o governo brasileiro, como se observa no trecho abaixo:

Depois da guerra, a aculturação dos japoneses processou-se em ritmo acelerado e deixou de existir o problema dos quistos raciais nipônicos. As universidades estão cheias de ‘niseis’ que, de oriental, possuem apenas os olhos oblíquos. Em todos os setores da vida brasileira, inclusive na política, os imigrantes nipônicos e seus descendentes participam ativamente. Alega-se com frequência que os japoneses fazem questão de se reunir em grupos fechados para o desempenho de atividades artístico-culturais. Em primeiro lugar, esses grupos não são fechados. E, em segundo lugar, uma forma magnífica de demonstrar sentimento de brasilidade é introduzir no nosso meio os elementos de uma cultura milenar que sempre causou inveja ao Ocidente. O Deputado João Sussumu Hirata constatou que a grande maioria de japoneses budistas ou sintoístas estão batizando seus filhos em igrejas cristãs. Que maior demonstração de boa vontade pode dar um imigrante quando sacrifica sua crença pessoal em favor da religião predominante no país que adotou como pátria? Já é tempo de o Instituto Nacional de Imigração e Colonização compreender a desvantagem de insistir na vinda para o Brasil de desajustados⁸ que somente têm contribuído para agravar os nossos problemas urbanos. Em vez de persistirmos numa política imigratória errada, intensifiquemos a vinda de imigrantes japoneses. Eles, como registra o anedotário popular, estropiarão o idioma português, mas não há a menor dúvida de que estenderão por todo o Brasil, o milagre de São Paulo e do Paraná (PAGOTE; MORAES, 1958, p. 24-26).

O trecho retoma alguns dos temas reiterados na discussão sobre a “qualidade” da imigração japonesa no começo do século XX. Assim, a reportagem recupera o tema de que os imigrantes japoneses tinham a tendência de se isolarem da sociedade brasileira, em um processo de

⁸ Quando a reportagem menciona os “desajustados”, ela está se referindo aos refugiados e deslocados de guerra.

formação dos quistos étnicos, cuja isotopia biológica não entrará em nossas considerações, mesmo porque o trecho da reportagem destaca que o mais importante são as provas de assimilação e integração que os imigrantes japoneses e seus descendentes davam à sociedade brasileira, como a conversão ao catolicismo, a presença nas universidades e ao já mencionado desenvolvimento econômico na área da agricultura nos estados de São Paulo e do Paraná. Essa oscilação entre isolamento e integração fazia parte das discussões a respeito da qualidade da imigração japonesa e esteve presente desde o início da imigração japonesa para o Brasil, ora nos meios de comunicação de massa, ora no discurso da elite acadêmica ou burocrática brasileira. Nessa etapa da imigração japonesa no final da década de 1950, o trabalhador japonês se mostraria disposto (“boa vontade”) a interagir com os brasileiros porque queria ser considerado também um brasileiro, ou seja, desejava ser visto como um estrangeiro assimilado, segundo o ponto de vista do enunciador.

É na parte final da reportagem que aparece o preconceito em relação à capacidade e à competência linguística do imigrante japonês. Apesar de ser considerado um problema menor, o preconceito linguístico mantém, como uma suposta verdade, a ideia de uma incompetência do imigrante japonês para desenvolver adequadamente o uso da língua portuguesa nas condições mais elementares da vida cotidiana.

A língua é, assim, relegada a um segundo plano social – o das anedotas –, enquanto o plano mais pragmático é usado para a construção positiva da integração do imigrante japonês à sociedade brasileira. Nessa etapa histórica, o que interessa ao país e à sociedade é um trabalhador imigrante competente, esforçado e honesto. A questão linguística e, conseqüentemente, cultural, é preterida, apesar de também ser alvo de um julgamento e, por isso, ser marcada.

Diante de um trabalhador imigrante que parece beirar a perfeição, segundo o discurso, a única saída parece ser a de “brincar” com a dimensão linguística para apontar ao menos um defeito, por mais irrelevante que possa parecer. É justamente a questão linguística que veremos desenvolvida de uma outra maneira, mas também de modo irônico, em relação ao modo de falar do imigrante japonês na próxima reportagem a ser examinada.

A revista *Realidade* publicou, em 1966, a reportagem intitulada “Vale a pena ser brasileiro?”. Apesar de claramente defender a existência

da naturalização no país, o texto é uma crítica ao modo como ela era realizada naquele momento. O enunciador opta por apresentar elementos que indicam que a naturalização era ainda uma opção desvantajosa para o imigrante que decidiu fixar residência no país.

A reportagem mostra como muitos imigrantes naturalizados contribuem em diferentes áreas (econômica, esportiva e cultural) para o desenvolvimento do Brasil. A vida desses imigrantes, tomada como um exemplo, serve também para salientar que o país ainda precisa perceber que está perdendo a oportunidade de se desenvolver ainda mais no campo econômico por não demonstrar interesse e reconhecimento aos que, a despeito das dificuldades em se tornar brasileiro, ajudam o país a crescer e a melhorar em suas áreas de atuação.

Por conta das dificuldades para se naturalizar e das proibições a algumas atividades, o imigrante fica em uma espécie de encruzilhada: continuar imigrante ou transformar-se em um cidadão brasileiro de segunda classe? Segundo o texto, a primeira opção é a escolhida pela maior parte dos imigrantes. Para explicar essa situação, a reportagem exemplifica com a entrevista de um imigrante italiano:

– Como estrangeiro, munido de carteira modelo 19, toco normalmente minha vida. Continuo sendo cidadão de primeira classe de um grande país, com o qual não tenho hoje ligação alguma, mas que também não me aborrece. Em qualquer emergência, tenho o Consulado à disposição, para falar em meu favor. O Brasil não criou, em nenhum momento, qualquer incentivo, mesmo psicológico, nem manifestou o menor interesse em que eu me naturalize. Não peço a cidadania brasileira porque sei que, com ela, vou me tornar um homem com direitos limitados, um semicidado, um meio cidadão. Então nem duvido: continuo italiano (MARIANI *apud* RIBEIRO, 1966, p. 51).⁹

O relato acima mostra as duas opções para o imigrante: permanecer com sua nacionalidade de origem ou se tornar brasileiro. O texto indica que a primeira opção é mais interessante para o imigrante. Dentre as vantagens, ele lista as seguintes: ser “cidadão de primeira classe”, ou seja, continuar sendo um cidadão pleno em termos de direitos (seja como imigrante, seja como cidadão italiano); ausência de

⁹ Carteira 19 é o documento de identificação do registro do estrangeiro no Brasil.

aborrecimentos, ou seja, de tudo o que pode incomodar ou atrapalhar sua existência e sua vida cotidiana; saber que tem uma instância burocrática (o Consulado) que pode socorrê-lo em qualquer momento de “perigo”, ou seja, o imigrante continua a ter um destinador em que confia. Além disso, esse mesmo imigrante mostra que faltam incentivos (materiais ou psicológicos) e interesse do Estado brasileiro, além da já citada limitação de direitos. Dessa forma, a fala do imigrante mostra que o Estado não se mostra disposto a manipular (por tentação, pois há uma doação de objeto de valor representado pelo léxico “incentivo”)¹⁰ o imigrante a se naturalizar. Em outras palavras, o Estado brasileiro não apresenta qualquer interesse em propor um novo contrato para transformar a nacionalidade desse imigrante.

O ponto de vista é do imigrante entrevistado, e seu movimento é o de sancionar o governo brasileiro negativamente. Um dos aspectos mencionados por ele é a falta de um contrato social de naturalização vantajoso, por meio de algum incentivo ou ao menos a demonstração de um certo interesse que pudesse levá-lo a se considerar um cidadão completo e pleno de direitos no país. Ao mesmo tempo, o imigrante sanciona o Brasil negativamente, como um todo, por meio de uma sanção positiva de seu país de origem, mesmo que, no seu caso, ele não tenha mais nenhum tipo de contato ou aproximação.

Podemos entender que o Estado brasileiro não apresentou nenhum tipo de sinalização para o que se pode chamar de assimilação (LANDOWSKI, 2002), ou seja, um regime de interação no qual a identidade (no caso, o Estado brasileiro) se configura como um ponto de integração em que a alteridade (no caso, o imigrante) precisa abrir mão de alguns de seus elementos constitutivos para ser aceito e para deixar de ser considerado como outro. Assim, a reportagem procura manipular o governo brasileiro para que a lei de naturalização seja revista e, assim, possa integrar adequadamente todos os imigrantes que queiram obter a nacionalidade brasileira.

¹⁰ A manipulação é a primeira etapa do esquema narrativo. Ela é definida pela semiótica como um fazer-fazer, ou seja, por um fazer o outro fazer algo em uma atribuição de competência modal. Há quatro formas de manipulação, que se diferenciam pela sua organização modal: a tentação, a intimidação, a provocação e a sedução. A tentação, que nos interessa nesse caso, é definida por um destinador-manipulador que tem a modalidade do poder-fazer o outro (o destinatário) querer-fazer (BARROS, 2002, p. 38).

De qualquer forma, o que nos interessa mais de perto nesta análise é a questão linguística, que não aparece no trecho acima. Ela aparece quando a reportagem instaura discursivamente o representante da imigração japonesa – Hiroshi Saito, agricultor –, a partir de uma peculiaridade: a forma como ele se expressa. Vejamos:

No supermercado, uma senhora compra frutas. Fica encantada quando vê aquelas uvas brancas, imensas, cada uma do tamanho de uma noz. Pensa no preço e pergunta:

– São uvas do estrangeiro, não?

O vendedor diz que sim. A freguesa ainda vai dizer qualquer coisa, mas um japonês de óculos se intromete:

– Entarandgero non. Uva barasirêro, garantido. Uva chama Itaria mas é parantada aqui, colhida aqui. Uva barasirêro cem por cento (SAITO *apud* RIBEIRO, 1966, p. 55).

Em toda a reportagem, o imigrante japonês é o único a ser representado com uma transcrição que supostamente apresentaria o seu sotaque. Os demais imigrantes, de origens muito distintas (como o italiano anteriormente mencionado), não apresentam esse tipo de representação da fala, que nada mais é do que uma tentativa de marcação do sotaque que os imigrantes japoneses quase sempre carregam. A partir dessa diferenciação, marcada no plano da expressão da revista, uma primeira pergunta se impõe: os demais imigrantes não possuem qualquer tipo de variação fonética digna de ser representada textualmente por meio de um simulacro como o do imigrante japonês? Pelo que se observa em todos os depoimentos transcritos na reportagem, a resposta seria não. Uma segunda pergunta se coloca, a partir da resposta da primeira: então, o que faz com que o enunciador marque o sotaque do imigrante japonês? Talvez seja a peculiaridade ou alguma graça que ocorre a partir de uma sanção em relação ao fazer linguístico do imigrante japonês, o fato de ele poder “estropiar” o idioma, como observamos na reportagem anterior. De qualquer forma, nenhuma das duas respostas explicam o porquê de, em seguida, o enunciador voltar a dar voz ao imigrante japonês, mas já sem as marcações de seu sotaque, como vemos a seguir:

Saito diz apenas:

– A melhor maneira de se viver e de se produzir, não é em liberdade? Eu escutava a uva e a deixava fazer o que quisesse, procurando entender sua natureza, sem forçá-la (SAITO *apud* RIBEIRO, 1966, p. 55).

Não é possível afirmar categoricamente que há, nesse exemplo, um caso de preconceito linguístico, mas fica uma representação que destaca linguisticamente o modo de falar do imigrante japonês, em um simulacro talvez jocoso, aspecto não encontrado em outros imigrantes presentes na mesma reportagem. Todos os imigrantes são construídos discursivamente de maneira eufórica, ou seja, positiva, com a ressalva à marcação linguística que aparece no caso do imigrante japonês.

Como visto, a imagem do imigrante naturalizado é elaborada positivamente pela reportagem. São, de um modo geral, sujeitos bem-sucedidos em sua área de atuação e que apresentam uma ligação afetiva com o Brasil. Dessa forma, a reportagem mostra que o país só tem a ganhar com um maior número de imigrantes naturalizados e, para que isso se torne realidade, basta o governo reformar a lei de naturalização com o intuito facilitar a integração do imigrante à sociedade nacional. Apesar da menção linguística trabalhada no plano da expressão da reportagem, nada sobre a questão educacional é mencionado na reportagem, nem sobre o ensino da língua portuguesa, nem outras formas de acolhimento que deveriam ser pensadas e aplicadas pelo Estado brasileiro.

Essa falta de uma política imigratória que previsse igualmente maneiras de acolhimento e de permanência dos grupos imigrantes ainda se reflete atualmente, uma vez que a educação não é uma prioridade para o Estado brasileiro. No entanto, esse encontro entre o programa narrativo dos imigrantes e a ausência do Estado também cria situações de permanência de um certo preconceito linguístico contra os estudantes dessa origem. É esse aspecto que desenvolveremos na próxima seção.

4 Estudantes brasileiros de origem asiática: perpetuação do preconceito linguístico?

Para analisar a construção da imagem dos estudantes de origem japonesa nos chamados cursinhos, utilizamos duas reportagens do jornal *Folha de S. Paulo* (“Ameaça Amarela: Brincadeira entre alunos é ‘preconceito positivo’” e “‘Asiáticos’ procuram mais a área de exatas

na Fuvest”, ambas publicadas em 05 de setembro de 2002). Ambas as reportagens tratam do estereótipo dos descendentes de imigrantes asiáticos no contexto escolar (nesse caso, principalmente na situação de vestibular) e em como esse estereótipo determina a relação com os demais vestibulandos.

É comum encontrarmos os seguintes ditados nos cursinhos: “enquanto você respira, tem um japonês estudando” ou “mate um japonês para garantir sua vaga na USP”. Esses ditados, de tom jocoso e usados em uma chave irônica – como se todo esforço de um estudante de origem ocidental não fosse o suficiente para competir com um estudante de origem asiática para ingressar nos cursos mais concorridos –, decorrem de uma imagem cristalizada dos descendentes de japoneses (e de outros asiáticos) na sociedade brasileira. Essa imagem associa os estudantes “orientais” a uma grande dedicação e disciplina para os estudos, não apenas nessa fase de ingresso em uma universidade, mas em qualquer fase da vida escolar. Podemos ver isso claramente no trecho a seguir, tirado da reportagem: “‘Enquanto você está aqui, há um japonês estudando’ ou ‘morte aos japoneses’ são pichações comuns em banheiros de cursinhos pré-vestibulares” (NICOLETTI, 2002c, p. 3).

As frases pichadas nos banheiros revelam dois aspectos do estereótipo do estudante de origem asiática. De um lado, a dedicação aos estudos; de outro, a tentativa de “eliminação” desse estudante por ele ser considerado um competidor mais bem preparado para entrar na universidade. A dedicação ao estudo pode ser mais bem explicada na reportagem, como vemos abaixo:

No imaginário dos vestibulandos, “olhos puxados” costumam ser associados à inteligência e à capacidade de estudo, logo a um melhor desempenho nas provas e à ameaça na disputa por uma vaga na universidade. Os números do último vestibular da Fuvest mostram que, de fato, estudantes de origem asiática tiveram melhor aproveitamento nos exames – a taxa de aprovação dos que se declaram amarelos é de 9,8% e a de brancos é de 6,7%.

A explicação para as boas notas não se deve a nenhuma característica genética dos orientais, mas sim pode estar relacionada, segundo especialistas, à cultura de valorização da educação – o que muitas vezes significa cobrança dos pais e longas horas de estudo.

O pai de Aldo Miike, 20, sempre exigiu o bom desempenho escolar do filho. “Agora, ele não pressiona tanto como antes,

mesmo porque já estou acostumado a estudar muito”, disse o estudante, que vai tentar uma vaga em relações públicas na USP (NICOLETTI, 2002a, p. 1).

O trecho utiliza dados da Fuvest (maior vestibular do país) para comprovar a imagem de alunos inteligentes e competentes dos asiáticos no momento da seleção para ingresso na maior universidade do país (o número de estudantes de origem asiática na universidade é proporcionalmente maior em relação aos demais grupos que compõem a sociedade brasileira). Ao mesmo tempo, a reportagem deixa claro que essa competência do estudante de origem asiática não pode ser explicada em termos “raciais”, ou seja, como uma predisposição genética que os faria mais inteligentes que os demais estudantes. O fato de esses estudantes se destacarem no vestibular pode ser explicado pela dedicação aos estudos imposta pela família, como vemos no último parágrafo do trecho citado. Justamente por haver uma manipulação de seus pais (por intimidação e por provocação),¹¹ o estudante de origem asiática se reveste da modalidade do /dever-saber/ para ter o desempenho esperado pelos seus pais.

As características dos estudantes de origem asiática podem ser compreendidas como hábitos ou comportamentos adquiridos no seio familiar, com a diferença de que não se trata mais de um traço inerente ao /ser/ do estudante de origem asiática, mas sim a alguma forma de “estilo de vida” da família desse estudante. Em outras palavras, a “fatores culturais”, como se afirma no trecho a seguir:

O fator cultural pode caracterizar a maneira como alguns descendentes de orientais estudam. Segundo o professor Santos, eles costumam valorizar a disciplina, a ordem e a concentração. “Nós [ocidentais], quando estudamos, ouvimos música e nos expomos a outras fontes de dispersão. O oriental concentra-se totalmente no estudo” (NICOLETTI, 2002b, p. 3).

Dessa forma, o texto constrói dois simulacros distintos: de um lado, o estudante de origem asiática com traços de disciplina, ordem e concentração; de outro, o estudante “ocidental” disperso.

¹¹ Em termos modais, a intimidação é organizada por um destinador dotado de poder-fazer o outro dever-fazer (destinatário). Já a provocação é da ordem do saber-fazer o outro dever-fazer (BARROS, 2002, p. 38).

Consequentemente, o discurso mostra que as características do estudante asiático são mais valorizadas no momento do estudo, enquanto o estudante “ocidental” apresenta traços negativos para o sucesso do fazer previsto no momento do vestibular, sanção essa presente no horizonte de expectativas de vários estudantes nessa etapa da vida. É interessante ainda observar como foi colocado pelo enunciador, entre colchetes, a palavra “ocidentais” para marcar a diferença entre estudantes não asiáticos e os descendentes de imigrantes asiáticos.

Essa diferenciação é ainda observada no subtítulo da própria reportagem: “Estereótipo não deve levar vestibulando a temer concorrência com ‘orientais’”. Em certa medida, o enunciador mostra como os estudantes de origem asiática são identificados pelos demais estudantes: a partir do gentílico de seus antepassados. Isso, levando-se em conta que a grande maioria desses estudantes “orientais” são brasileiros.

O discurso estabelece, assim, outra oposição (falsa, na realidade): os estudantes “brasileiros” e os estudantes “orientais”. Vemos, assim, a força com que a imagem dos estudantes de origem asiática é construída a partir dessa diferença de aparência (desvio do estudante branco, ocidental). Consequentemente, a oposição leva à construção do estereótipo do estudante de origem asiática.¹²

Ainda com base no enunciado anteriormente destacado, observamos que a reportagem tem claramente como enunciatário os estudantes “brasileiros”, ou seja, os de origem não asiática. O texto do jornal procura desconstruir, parcialmente, o estereótipo do estudante de origem asiática como forma de eliminar um possível “temor” dos estudantes em relação aos seus “concorrentes” por um lugar na universidade.

A capa do caderno especial, voltado para alunos no período pré-vestibular, apresenta o título, sem aspas, da “ameaça amarela”,¹³

¹² Precisamos, contudo, deixar claro que o estereótipo não é uma figura construída somente por essa reportagem. Na verdade, a reportagem “veicula” o estereótipo do estudante de origem asiática encontrado frequentemente nos cursos pré-vestibulares.

¹³ Antes mesmo do início do processo imigratório japonês para o Brasil, já existiam discursos que associavam os imigrantes japoneses a temas como “perigo amarelo”, “formação de quistos étnicos” e “caráter inassimilável do nipônico”. O discurso antinipônico teve seu ponto culminante nas primeiras décadas do século XX, quando uma série de trabalhos acadêmicos, artigos de opinião e outros discursos contra os imigrantes japoneses surgiram nos EUA, no Peru e no Brasil (DEZEM, 2005, p. 185-204).

retomando, assim, o discurso da suposta ameaça nipônica no Brasil. Esse discurso remete, frequentemente, à ideia de invasão nipônica e do Estado dentro do Estado¹⁴, muitas vezes ligado também à noção de que os imigrantes japoneses e seus descendentes são um grupo social à parte porque não se integraram à sociedade brasileira. Retoma-se, assim, um discurso produzido durante a Segunda Guerra Mundial, quando Brasil e Japão estavam em lados opostos no conflito bélico. Dessa forma, a reportagem parece se preocupar em desfazer o estereótipo dos estudantes de origem asiática para tranquilizar o estudante “brasileiro” e não porque o estudante “oriental” pode vir a ser vítima do preconceito alheio.

Mesmo com essa imagem altamente positiva na competição por uma vaga nos cursos mais concorridos, há espaço para a construção do preconceito linguístico contra os estudantes de origem asiática. Assim, o aspecto negativo de tais sujeitos está relacionado a outra marca desse estereótipo: a de que os descendentes de asiáticos seriam bons alunos na área de ciências exatas por supostamente não dominarem a língua portuguesa de modo considerado apropriado. Essa questão do estereótipo em relação ao uso da língua portuguesa aparece de forma implícita no seguinte exemplo:

Segundo Francisco Hashimoto, professor de psicologia da Unesp de Assis, os imigrantes orientais, ao chegarem ao Brasil, tinham dificuldades com a língua, o que impunha obstáculos ao aprendizado das matérias de humanas. “O cálculo matemático é uma linguagem universal e, por isso, não causa problemas”, disse ele, que estudou a imigração japonesa. Isso teria sido mais forte nas primeiras gerações, diminuindo com a vida no Brasil. Outro fator que pode explicar a preferência pelas exatas, segundo Hashimoto, é a personalidade mais introvertida de parte dos orientais, o que os faz preferir, muitas vezes, profissões em que não seja necessário um maior contato com o público (NICOLETTI, 2002b, p. 3).

As reportagens mencionadas parecem, então, reduzir a figura dos descendentes de imigrantes asiáticos a apenas duas características

¹⁴ A imigração japonesa era considerada, nesse tipo de discurso, um projeto de domínio político e militar do Japão, que utilizaria seus cidadãos como imigrantes em outros países para construir as condições materiais e simbólicas para criar um Estado autônomo em regiões como a América Latina.

principais que definiriam todos os membros desse grupo: a dedicação aos estudos e a dificuldade com o uso da língua portuguesa, essa última responsável pela preferência dos estudantes de origem asiática por disciplinas da área de exatas.

Um dos problemas do estereótipo é o de associar os traços já mencionados de dedicação e disciplina aos estudos a todo e qualquer indivíduo identificado como “oriental”. Apesar de não ter sido mencionado pela reportagem, precisamos lembrar que o estudante dedicado e disciplinado, independentemente de sua origem, é muitas vezes considerado “tolo” e “ingênuo” pelos demais alunos. Dessa forma, essa outra imagem – a de um estudante inocente e parvo – também pode ser associada ao estudante de origem asiática. Desse modo, o estereótipo do estudante de origem asiática não carrega apenas traços positivos. Há, na constituição de sua imagem, elementos que podem ser considerados negativos ou ao menos limitadores na caracterização desse grupo, relacionados, por exemplo, à sua competência linguística.¹⁵

As duas reportagens analisadas tentam ainda minimizar a discriminação contra estudantes de ascendência asiática por meio de justificativas (históricas e psicológicas) para o comportamento e as escolhas desses estudantes. Porém, essas reportagens recuperam marcas históricas do preconceito contra os asiáticos e não vão além da retomada e da fixação do estereótipo, sendo que a relativização dessa imagem fixa dos estudantes “orientais” serve apenas para, como já foi mencionado, acalmar os estudantes “brasileiros” no árduo trabalho para ingressar na universidade de seus sonhos.¹⁶

¹⁵ De qualquer forma, resta uma dúvida: se os estudantes “asiáticos” são tão dedicados ao estudo, como eles podem não ter o domínio da língua portuguesa?

¹⁶ Indo um pouco além do que a análise nos permite, entendemos que uma forma possível de se desfazer o estereótipo do estudante de origem asiática estaria na apresentação de exemplos de descendentes que se interessam pelas áreas de Humanidades e Biológicas. Além disso, outros exemplos poderiam ser apontados, como os descendentes de asiáticos que são pintores, músicos, atores etc. para mostrar a diversidade de atividades existentes no âmbito desse grupo.

5 Considerações finais

Os textos analisados oscilam entre uma imagem extremamente positiva do trabalhador japonês (no passado) e do estudante oriental (no presente) e um preconceito linguístico. No entanto, o preconceito linguístico tem duas funções distintas em relação a esses sujeitos. De um lado, no tema econômico, o que interessava era aproveitar o que o imigrante japonês podia fazer em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro, mesmo que a língua portuguesa fosse “sacrificada”, ou seja, que eles continuassem a usar mal o português, contanto que continuassem sendo excelentes trabalhadores. De outro, no contexto dos estudos atuais, o preconceito linguístico marca um “defeito” do estudante de origem asiática, que supostamente se voltaria aos estudos da área de exatas para evitar o uso constante da língua portuguesa, que ele dominaria precariamente. Assim, a reportagem pode utilizar tal característica para diminuir a pressão dos estudantes “brasileiros” no momento de competir com os outros estudantes por uma concorrida vaga na universidade.

Entendemos que há um preconceito linguístico explícito ao se reforçar a imagem do imigrante japonês que “estropia” a língua portuguesa ou, no melhor dos casos, que “arranha” o português. Há também um potencial medo ou ressentimento gerados pela competência do imigrante japonês no trabalho, pois, ao mesmo tempo em que a primeira reportagem analisada constrói a imagem positiva do trabalhador japonês, deixa-se implícito que o trabalhador brasileiro não possui a mesma competência para a atividade laboral. Essa comparação é encontrada, ainda, no caso dos estudantes, em que os asiáticos são considerados competentes enquanto os brasileiros ainda possuem problemas de concentração, disciplina e vontade para estudar.

Neste artigo, vimos, basicamente, o seguinte em relação aos imigrantes e seus descendentes:

- a) Uma valorização dos trabalhadores imigrantes (os japoneses e os naturalizados), nas duas primeiras reportagens; e uma valorização da disciplina e da dedicação aos estudos da parte dos estudantes de origem asiática.

- b) Exemplos de preconceito linguístico contra o imigrante japonês: na primeira reportagem, com a metáfora que se refere ao “arranhar” ou “estropiar” a língua portuguesa; na segunda, por meio da transcrição do sotaque do japonês, fato não registrado na fala dos demais imigrantes; e nas reportagens sobre o estereótipo do estudante de origem asiática, cujo traço negativo é o de ele não dominar bem o idioma.
- c) A existência de diferenças culturais entre estudantes, representada pela postura nos estudos e por uma dificuldade linguística que seria inerente aos descendentes de imigrantes asiáticos.

De um modo geral, nenhuma reportagem apresenta argumentos contra a presença de imigrantes no país. A ideia de uma presença indesejada, ao menos aplicada ao grupo asiático, não faz parte do horizonte de perspectivas da sociedade brasileira desde ao menos o final da Segunda Guerra Mundial. Todos os imigrantes e seus descendentes são considerados bons trabalhadores ou estudantes dedicados que podem auxiliar a sociedade brasileira a se desenvolver. Logo, há uma perspectiva de que a sociedade aceita essa presença da alteridade e a respeitaria em suas especificidades, mesmo que construídas em estereótipos. Teríamos, então, uma predominância do regime de admissão, conforme propõe Landowski (2002, p. 20), no qual há um reconhecimento das diferenças constitutivas da alteridade (no caso, os imigrantes asiáticos e seus descendentes) e um certo respeito que possibilitaria a convivência da sociedade de acolhimento (brasileira) e esses imigrantes e descendentes. Ao mesmo tempo, as reportagens não mostram uma preocupação em assimilar o outro, tal como também estabelece suas bases Landowski (2002, p. 5-6) no sentido de provocá-lo a deixar de lado seus traços constitutivos para ser integrado como um só, em uma suposta homogeneidade que não encontra mais abrigo nos discursos sociais brasileiros. Evidentemente, trabalhos futuros voltados a outros grupos imigrantes ou de refugiados, como os bolivianos e os haitianos, respectivamente, podem indicar o contrário, uma vez que sujeitos preconceituosos estão constantemente à procura de novos alvos para diminuir-los, culpá-los por algo, entre outras posturas que não devem ser aceitas em uma sociedade dita democrática.

Procuramos evidenciar, assim, a persistência histórica de um preconceito linguístico ligado aos imigrantes asiáticos e aos seus

descendentes brasileiros. Apesar de ser socialmente considerado pouco grave, não podemos nos esquecer de que essa forma de preconceito pode revelar algum tipo de preconceito mais grave, mas ainda camuflado. Desse modo, espera-se que os estudos discursivos, e a semiótica em especial, possam contribuir para desfazer tal postura que parte do gesto de julgar o outro pelo que ele é, como se houvesse apenas uma maneira de ser o que se é.

Referências

- BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BARROS, D. L. P. de. Intolerância, preconceito e exclusão. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 61-78.
- BARROS, D. L. P. de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 58, p. 7-24, 2016.
- DEZEM, R. *Matizes do “amarelo”*. A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Humanitas, 2005.
- DUBOIS, J. *et alli*. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2007
- FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira – Desembarçando alguns nós. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- LEITE, M. Q. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- NICOLETTI, A. Ameaça Amarela: Brincadeira entre alunos é “preconceito positivo”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 set. 2002a. Caderno Especial: Fovest.

NICOLETTI, A. “Asiáticos” procuram mais a área de exatas na Fuvest. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 set. 2002b. Caderno Especial: Fovest.

NICOLETTI, A. “Japoneses” estão nas pichações de banheiro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 set. 2002c. Caderno Especial: Fovest.

PAGOTE, E; MORAES, R. O sol também nasce no Ocidente. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1958.

RIBEIRO, J. H. Vale a pena ser brasileiro?. *Revista Realidade*, São Paulo, v. 8, p. 51, dez. 1966.